

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022**

**Objeto:** Registro de Preços para a Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT.

**EXTRATO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA AOS TERMOS DO EDITAL**

De posse da **impugnação** apresentada pela empresa **GEMEDICAL DO BRASIL PRODUTOS MÉDICOS LTDA**, procedeu-se à análise das razões arguidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, a princípio, ser necessária a remessa dos autos para a Assessoria Jurídica da Prefeitura, para que a mesma se manifestasse, no sentido de esclarecer a necessidade ou não de adequações ao Edital, levando em conta os pontos abordados pela impugnante.

Em resposta, a Assessoria Jurídica desta Prefeitura, enviou o **PARECER JURIDICO**, o qual que faz parte integrante do presente processo licitatório e assim se manifestou:

**I – DO OBJETO DO PEDIDO**

Trata-se de pedido formulado pelo Presidente da Comissão Municipal de Licitação o Sr. PAULO SÉRGIO GARCIA SANCHEZ, que encaminha para análise da IMPUGNAÇÃO AO EDITAL interposto pela empresa licitante GEMEDICAL DO BRASIL PRODUTOS MÉDICOS, a qual questiona a ausência de exigência obrigatória contida no edital quanto as características do objeto licitado no Pregão Eletrônico nº 22/2022.

Eis a síntese dos fatos.

**II – DO PARECER**

Ao analisar a mencionada IMPUGNAÇÃO AO EDITAL constata-se que o pleito da impugnante deve ser deferido em razão dos fatos e motivos abaixo expostos.

Num procedimento licitatório deve ser também levado em consideração a idéia irradiada no *Princípio da Finalidade*, o qual obriga o gestor a inclinar-se pelo interesse público, impedido de realizar obras, compras, serviços e outras atividades que serão da sua própria conveniência.

E nessa toada é preciso mencionar que *embora o princípio da supremacia do interesse público favoreça a Administração com um patamar de superioridade em face dos administrados, também lhe exige maiores cuidados e obediência a inúmeras formalidades, tendo em vista que essa atuação deve ocorrer com limites da lei, não podendo esse interesse ser livremente disposto pelo administrador.* (MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 8ª ed. rev. ampl. atual. Niterói: Impetus, 2014, pag. 28).

Por outro lado, em razão da peculiaridade do objeto deste certame licitatório, em vista da razoabilidade, proporcionalidade é de bom grado que a Comissão Municipal de Licitação adeque o edital do Pregão Eletrônico nº 22/2022, no sentido de harmonizá-lo com o estabelecido no art. 78, do CTN:

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Em outros termos, os produtos cosméticos grau 2, expressos nos itens 72,73, 79, 146 e 147, necessitam estar condizentes com as normas reguladoras e controladoras da ANVISA.

**III – DA CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, e tendo em vista as ponderações oportunamente trazidas à baila, OPINO pelo **DEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, nos exatos termos da fundamentação acima

Em face do exposto, o Pregoeiro, com o devido amparo no **parecer jurídico**, encaminhado pela Assessoria Jurídica da Prefeitura, **DECIDIU**, pelo **deferimento da impugnação** apresentada, procedendo-se às devidas adequações no Edital, nos termos apontados na manifestação da empresa requerente, sendo tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie.

Proferida a presente decisão e nada mais tendo a ser analisado e julgado pelo Pregoeiro, o mesmo ordenou a publicação na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br) do competente extrato de julgamento, bem como, ordenou a expedição das respectivas notificações via correios eletrônicos “e-mails”, conforme estabelecido no **item 13.5.1. do Edital** da presente licitação, à empresa requerente e às demais empresas que porventura tenham retirado o edital em referência comunicando a presente decisão, ordenando ainda, a posterior publicação do **Edital nº 45/2022 Rerratificado** da Licitação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em Jornal de ampla circulação no Estado de São Paulo e na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br)

Bebedouro, trinta de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

**Paulo Eduardo Martins**

**Pregoeiro**

Consoante aos termos da decisão proferida, que adoto como fundamento, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** a r. decisão, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

Bebedouro, trinta de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

**Lucas Gibin Seren**

**Prefeito Municipal**